

EOL Serra das Vacas Holding S.A. e Controladas

Informações Financeiras Intermediárias Individuais
e Consolidadas Referentes ao Período de Nove
Meses Findo em 30 de Setembro de 2017 e
Relatório sobre a Revisão de Informações
Financeiras Intermediárias

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Aos Acionistas e Administradores da
EOL Serra da Vacas Holding S.A. e Controladas
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da EOL Serra da Vacas Holding S.A. e Controladas ("Companhia") referentes ao período de três e nove meses findo em 30 de setembro de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o período de três e nove meses findos naquela data, incluindo o resumo das políticas contábeis significativas e as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e apresentação adequada dessas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Exceto quanto ao descrito no parágrafo seguinte, conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalva

A Companhia opera empreendimentos de geração eólica cuja receita é proveniente de contratos de compra e venda de energia de longo prazo (20 anos) negociados no Leilões de Energia que teve a Companhia como vencedora do certame. Esses contratos geram basicamente dois tipos de receita: (i) receita contratual que garante o faturamento mensal como base na garantia física (energia de referência) determinada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL (fluxo de caixa garantido) e a (2) diferença entre a receita contratual e a receita efetivamente gerada que a Companhia tem opções para a venda na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE mensalmente e ao longo do contrato, tais como Ambiente de Contratação Livre – ACL, Mercado de Curto Prazo – MCP, Mecanismo de Compensação de Sobras e Deficits – MCSO, alocação do volume e preço estipulado no contrato para ajuste no quadriênio do contrato. A Companhia vem reconhecendo mensalmente somente a receita proveniente da primeira parte do contrato e a diferença entre a receita contratual e a efetivamente gerada somente quando recebe a pré-fatura emitida pela CCEE.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

A Administração da Companhia não concluiu a análise sobre os impactos contábeis na negociação dos contratos de compra e venda de energia realizados no período do quadriênio contratual, especificamente relativo as diferenças acumuladas entre a receita contratual e a receita efetivamente gerada e negociada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). Em decorrência desse assunto, não foi possível determinar a necessidade de efetuar ajustes no saldo acumulado do ativo e/ou passivo, assim como nos elementos componentes das demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, exceto pelos eventuais efeitos nas informações financeiras intermediárias dos quais poderíamos ter tomado conhecimento se não fosse pela situação descrita no parágrafo "Base para conclusão com ressalva", não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas acima referidas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade em 30 de setembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o trimestre e período de nove meses findo naquela data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

O exame do balanço patrimonial, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2016 e a revisão das informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, relativas ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, apresentadas para fins de comparação, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria e relatório de revisão sem modificações, datados de 28 de março de 2017 e 4 de novembro de 2016 respectivamente.

São Paulo, 30 de outubro de 2017


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Iara Pasian
Contadora
CRC nº 1 SP 121517/O-3

EÓLICA SERRA DAS VACAS HOLDING S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		30.09.2017	31.12.2016	30.09.2017	31.12.2016			30.09.2017	31.12.2016	30.09.2017	31.12.2016
CIRCULANTES						CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	4	240	2	1.976	2.358	Fornecedores	10	17	842	9.309	5.346
Contas a receber	5	-	-	8.752	6.650	Empréstimos e financiamentos	12	-	-	19.090	18.553
Impostos e contribuições a recuperar		73	72	785	721	Debêntures	11	2.514	774	1.944	774
Outros ativos		85	391	522	658	Obrigações trabalhistas		-	-	127	116
Total dos ativos circulantes		<u>398</u>	<u>465</u>	<u>12.035</u>	<u>10.387</u>	Obrigações tributárias		1	175	1.546	1.160
						Outros passivos		-	-	58	33
NÃO CIRCULANTES						Total dos passivos circulantes		<u>2.532</u>	<u>1.791</u>	<u>32.074</u>	<u>25.982</u>
Aplicações financeiras vinculadas	6	-	-	13.513	13.694						
Investimentos:						NÃO CIRCULANTES					
Avaliação patrimonial	7	173.490	178.667	-	-	Empréstimos e financiamentos	12	-	-	251.364	256.396
Adiantamentos para futuro aumento de capital	7	-	74.065	-	-	Debêntures	11	61.294	58.718	61.864	58.718
Ações preferenciais resgatáveis em controladas	7	62.769	-	-	-	Partes relacionadas	19	-	19.029	-	19.029
		<u>236.259</u>	<u>252.732</u>	<u>-</u>	<u>-</u>			<u>61.294</u>	<u>77.747</u>	<u>313.228</u>	<u>334.143</u>
Imobilizado	8	-	-	490.980	508.078	PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Intanqível	9	-	-	1.605	1.613	Capital social	14	205.785	192.355	205.785	192.355
Outros ativos não circulantes		-	-	-	12	Prejuízos acumulados		(32.954)	(18.696)	(32.954)	(18.696)
Total dos ativos não circulantes		<u>236.259</u>	<u>252.732</u>	<u>492.585</u>	<u>509.703</u>	Total do patrimônio líquido		<u>172.831</u>	<u>173.659</u>	<u>172.831</u>	<u>173.659</u>
TOTAL DOS ATIVOS		<u>236.657</u>	<u>253.197</u>	<u>518.133</u>	<u>533.784</u>	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>236.657</u>	<u>253.197</u>	<u>518.133</u>	<u>533.784</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EÓLICA SERRA DAS VACAS HOLDING S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017 E DE 2016

(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30.09.2017</u>	<u>30.09.2016</u>	<u>30.09.2017</u>	<u>30.09.2016</u>
PREJUÍZO DO PERÍODO	(14.258)	(10.515)	(14.258)	(10.515)
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO	<u>(14.258)</u>	<u>(10.515)</u>	<u>(14.258)</u>	<u>(10.515)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EÓLICA SERRA DAS VACAS HOLDING S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017 E DE 2016
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		30.09.2017	30.09.2016 (Reclassificado)	30.09.2017	30.09.2016 (Reclassificado)
RECEITA LÍQUIDA	15	-	-	56.087	53.311
CUSTO DA GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	16		-	(31.843)	(25.663)
LUCRO BRUTO		-	-	24.244	27.648
(DESPESAS) E RECEITAS OPERACIONAIS					
Despesas gerais e administrativas	17	(789)	(647)	(2.254)	(5.059)
Equivalência Patrimonial	7	(5.176)	(7.211)	-	-
(PREJUÍZO) LUCRO OPERACIONAL		(5.965)	(7.858)	21.990	22.589
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	18	118	165	1.346	222
Despesas financeiras	18	(8.411)	(2.805)	(35.456)	(31.651)
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(8.293)	(2.640)	(34.110)	(31.429)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL Correntes	20	-	(17)	(2.138)	(1.675)
PREJUÍZO DO PERÍODO		(14.258)	(10.515)	(14.258)	(10.515)
Número de ações integralizadas - em milhares		207.996	183.066	207.996	183.066
Prejuízo por ação (em Reais - R\$)		(0,0685)	(0,05744)	(0,06855)	(0,05744)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EÓLICA SERRA DAS VACAS HOLDING S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS PERIODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017 E DE 2016
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total consolidado</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		183.066	(1.315)	181.751
Prejuízo do período		-	(10.515)	(10.515)
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO 2016	14	<u>183.066</u>	<u>(11.830)</u>	<u>171.236</u>

		<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos Acumulados</u>	<u>Total consolidado</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		192.355	(18.696)	173.659
Aumento de capital - PEC ENERGIA		6.849	-	6.849
Aumento de capital - CHESF		6.581	-	6.581
Prejuízo do período		-	(14.258)	(14.258)
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO 2017	14	<u>205.785</u>	<u>(32.954)</u>	<u>172.831</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EÓLICA SERRA DAS VACAS HOLDING S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017 E DE 2016

(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2017	30.09.2016	30.09.2017	30.09.2016
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Prejuízo do período	(14.258)	(10.515)	(14.258)	(10.515)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do período com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:				
Depreciações e amortizações	-	-	17.042	16.998
Encargos financeiros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	5.437	-	24.372	(1.780)
Apropriação de custos sobre empréstimos	30	-	124	-
Encargos financeiros sobre mútuos	283	-	283	-
Rendimentos de aplicações financeiras vinculadas	-	-	(905)	-
Resultado de equivalência patrimonial	5.176	7.211	-	-
Varição de ativos e passivos operacionais:				
Contas a receber	-	-	(2.102)	(7.021)
Impostos e contribuições a recuperar	(1)	-	(64)	(151)
Outros ativos	306	(49)	148	(838)
Fornecedores	(825)	(4)	3.963	(19.102)
Obrigações trabalhistas	-	-	11	-
Obrigações tributárias	(174)	2	2.010	357
Outros passivos	-	-	25	47
Juros de empréstimos, financiamentos e debêntures pagos	(857)	-	(17.539)	-
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-	-	(1.624)	-
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	<u>(4.883)</u>	<u>(3.355)</u>	<u>11.486</u>	<u>(22.005)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Aplicações financeiras vinculadas	-	-	1.086	-
Adiantamentos para futuro aumento de capital	11.296	(10.557)	-	-
Aquisição de bens para o ativo imobilizado e intangível	-	-	(3)	-
Venda de bens para o ativo imobilizado e intangível	-	-	67	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	<u>11.296</u>	<u>(10.557)</u>	<u>1.150</u>	<u>-</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Pagamento de mútuos	(5.882)	2.804	(5.882)	(2.811)
Empréstimos financiamentos e debentures pagos	(293)	-	(7.136)	14.438
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	<u>(6.175)</u>	<u>2.804</u>	<u>(13.018)</u>	<u>11.627</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>238</u>	<u>(11.108)</u>	<u>(382)</u>	<u>(10.378)</u>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA				
Saldo inicial	2	11.648	2.358	13.615
Saldo final	240	540	1.976	3.237
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>238</u>	<u>(11.108)</u>	<u>(382)</u>	<u>(10.378)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EOL SERRA DAS VACAS HOLDING S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS PARA O TRIMESTRE FINDO EM 30 DE SETEMBRO 2017

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia denominada Eólica Serra das Vacas Holding S.A., com tipo jurídico "Sociedade por Ações" de capital fechado, está sediada à Av. Brigadeiro Faria Lima, 1931, 7º andar, sala 4, Jardim Paulistano, CEP. 01452-910, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

A Companhia tem por objeto a participação direta nas seguintes sociedades por ações, denominadas Eólica Serra das Vacas I S.A., Eólica Serra das Vacas II S.A., Eólica Serra das Vacas III S.A. e Eólica Serra das Vacas IV S.A.

A Eólica Serra das Vacas Holding S.A. foi constituída conforme Ata da Assembleia de Constituição da Sociedade por Ações datada em 31 de agosto de 2015.

Em 30 de setembro de 2017, os passivos circulantes da Companhia excederam o total dos seus ativos circulantes no montante de R\$2.134 na controladora e R\$20.039 no consolidado (R\$1.326 na Controladora e R\$15.595 no consolidado em 31 de dezembro de 2016). A Administração entende que não existe risco de inadimplência, visto que parte substancial dos passivos circulantes refere-se às obrigações contraídas com o BNDES para o financiamento da construção das unidades geradoras enquanto que as contas a receber refletem apenas parte da receita advinda da venda de energia. A expectativa da Administração é que a geração de caixa decorrente da energia assegurada pelos contratos de venda de energia seja em montante suficiente para liquidar as obrigações da Companhia e de suas controladas.

2. ENTIDADES DO GRUPO

2.1 Sociedades controladas

A Companhia possui participações em outras sociedades, com forma jurídica de constituição única, possuindo o controle das demais. O objeto social é predominantemente a exploração de serviços no ramo de energia elétrica por fonte eólica.

A relação das sociedades controladas, com suas denominações sociais e as respectivas participações em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 estão demonstradas a seguir:

	Potência instalada em kW	Garantia física em kW médio	30/09/2017	31/12/2016
Eólica Serra das Vacas I S.A.	23.920	12.200	100%	100%
Eólica Serra das Vacas II S.A.	22.295	9.900	100%	100%
Eólica Serra das Vacas III S.A.	22.235	11.000	100%	100%
Eólica Serra das Vacas IV S.A.	22.295	10.500	100%	100%
	<u>90.745</u>	<u>43.600</u>		

As empresas controladas, Eólica Serra das Vacas I S.A., Eólica Serra das Vacas II S.A., Eólica Serra das Vacas III S.A. e Eólica Serra das Vacas IV S.A., tem sede no município de São Paulo, Estado de São Paulo e os parques eólicos instalados no município de Paranatama, Estado de Pernambuco. As controladas operaram em fase de testes até o fim do exercício de 2015. Em janeiro de 2016, as Controladas iniciaram suas atividades comerciais.

2.2 Contrato de autorização

As controladas, através das portarias do Ministério de Minas e Energia nº234 de 29 de maio de 2014, nº 240 de 30 de maio de 2014, nº 251 de 4 de junho de 2014 e nº263 de 6 de junho de 2014, posteriormente atualizadas pelas resoluções autorizativas 5534, 5535, 5536 e 5537, de 27 de outubro de 2015, foram autorizadas à estabelecerem-se como Produtoras Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica.

Os contratos de autorização têm vigência de 35 anos, contados a partir da publicação das portarias anteriormente referidas. Adicionalmente, não há cláusulas de renovação automática ou pagamento de qualquer indenização por parte do Poder Concedente ao término das Autorizações, em razão de seus ativos serem próprios.

2.3 Comercialização de energia

Dentre as obrigações das controladas, destaca-se a obrigatoriedade de firmar Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCAR, conforme termos do Edital de leilão 09/2013, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Em 28 de novembro de 2014, as controladas assinaram os CCEARs, na modalidade disponibilidade de energia elétrica, através do leilão 09/2013, promovido pela- ANEEL, com as respectivas distribuidoras de energia. Toda sua produção de energia elétrica passível de ser contratada será comercializada por um prazo de 20 (vinte) anos, com início do período de suprimento a partir de 1 de janeiro de 2016. O resumo das principais informações referentes ao leilão está descrito no quadro abaixo:

<u>Empreendimento</u>	<u>Energia anual contratada em MW médio</u>	<u>Preço contratado (R\$/MW)</u>	<u>Início</u>	<u>Término</u>	<u>Índice de correção</u>	<u>Mês da atualização</u>
Eólica Serra das Vacas I S.A.	12,2	122,88	Jan/2016	Dez/2035	IPCA	Janeiro
Eólica Serra das Vacas II S.A.	9,9	122,88	Jan/2016	Dez/2035	IPCA	Janeiro
Eólica Serra das Vacas III S.A.	11,0	122,88	Jan/2016	Dez/2035	IPCA	Janeiro
Eólica Serra das Vacas IV S.A.	10,5	122,88	Jan/2016	Dez/2035	IPCA	Janeiro
	<u>43,6</u>					

2.4 Riscos das operações

a) Risco da escassez de vento

Esse risco decorre da possibilidade da falta de vento ocasionada por fatores naturais, o qual é minimizado em função das "jazidas de vento" da região estar entre as melhores do nordeste brasileiro, pois, além de contar com alta velocidade, os ventos são considerados bens estáveis, diferentes de certas regiões da Ásia e dos Estados Unidos, sujeitas a ciclones, tufões e outras turbulências.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Apresentação das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária emitido pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Administração declara que todas as informações relevantes relativas às informações financeiras intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

a) Base de elaboração

As informações financeiras intermediárias foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é geralmente baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Para fins de preparação de relatórios financeiros, as mensurações do valor justo são classificadas nas categorias Níveis 1, 2 ou 3, descritas a seguir, com base no grau em que as informações para as mensurações do valor justo são observáveis e na importância das informações para a mensuração do valor justo em sua totalidade:

- Informações de Nível 1 são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração.
- Informações de Nível 2 são informações, que não os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente.
- Informações de Nível 3 são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

A elaboração das informações financeiras intermediárias em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote premissas e estimativas que afetam a aplicação das políticas e os montantes divulgados de ativos e passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas baseiam-se na experiência e em diversos outros fatores que se supõem serem razoáveis devido às circunstâncias. As contas que usualmente requerem estimativa são: (a) vida útil estimada do imobilizado e intangível, (b) provisão para recuperação dos ativos. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente.

b) Moeda de apresentação das informações financeiras intermediárias

As informações financeiras intermediárias estão apresentadas em moeda nacional (Real), que é a moeda funcional da Companhia.

c) Base de consolidação

As políticas contábeis e as informações financeiras intermediárias de controladas são incluídas nas informações financeiras intermediárias consolidadas a partir da data em que o controle se inicia, até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das Controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Os investimentos em controladas são contabilizados na controladora através do método de equivalência patrimonial. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as informações financeiras intermediárias consolidadas incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle deixa de existir. Os principais procedimentos de consolidação são:

- Eliminação de investimentos em controladas, resultados de equivalência patrimonial, provisão para perdas em operações de controladas, dividendos a receber e a distribuir e créditos e débitos relativos a transações entre as sociedades consolidadas.
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as sociedades consolidadas, quando aplicável.
- Eliminação dos lucros não realizados, quando aplicável.
- Cálculo das participações de não controladores com base na proporção de participação dos quotistas não controladores no patrimônio líquido de cada sociedade consolidada, destacadas em linha específica nas demonstrações financeiras consolidadas.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, com vencimentos inferiores a 90 dias ou sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, cujos valores não superam os valores de mercado, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como empréstimos e recebíveis mensurados pelo custo amortizado, e seus rendimentos são registrados no resultado do período.

3.3. Instrumentos financeiros - Ativos

a) Classificação

A Companhia e suas Controladas classificam seus ativos financeiros nas seguintes categorias:

- i) Mensurados ao valor justo através do resultado e
- ii) Empréstimos e recebíveis.

A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, dependendo da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Nestas demonstrações financeiras, a Companhia e suas Controladas possuem os seguintes instrumentos financeiros:

i) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

ii) Empréstimos e Recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes) e são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o efeito do desconto com base na taxa de juros efetiva é imaterial.

A Companhia e suas Controladas não operam com derivativos e também não aplicam a metodologia denominada contabilidade de operações de hedge (hedge accounting).

b) Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia e suas Controladas se comprometem a comprar ou vender o ativo. Os valores são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como valor justo por meio do resultado. Os custos das transações dos ativos financeiros classificados como valor justo por meio do resultado (destinados à negociação) são reconhecidos no resultado. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor do custo amortizado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia e suas Controladas tenham transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "outros ganhos (perdas), líquidos" no período em que ocorrem.

c) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial, quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-lo, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

d) Impairment de ativos financeiros

Ativos negociados ao custo amortizado

A Companhia e suas Controladas avaliam no fim de cada exercício se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos registrados no resultado do exercício somente quando há evidência objetiva de perda como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos ("evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia e suas Controladas utilizam para determinar se há evidência objetiva de uma perda por recuperação incluem:

- i) Dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador;
- ii) Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- iii) A Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- iv) Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- v) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- vi) Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
 - Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

3.4. Instrumentos financeiros - Passivos

a) Classificação

A Companhia e suas Controladas classificam seus passivos financeiros nas seguintes categorias:

- i) Mensurados ao valor justo através do resultado: Os passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado. Os ganhos ou as perdas líquidas reconhecidas no resultado incorporam os juros pagos pelo passivo financeiro, sendo incluídos na rubrica "Outros ganhos e perdas", na demonstração do resultado.

- ii) Outros passivos financeiros: são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivo, esse método é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.5. Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes no decurso normal das atividades da Companhia e suas Controladas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. Incluem os valores relativos ao suprimento de energia elétrica faturada e não faturada, inclusive a comercialização de energia elétrica efetuada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para crédito de liquidação duvidosa. Na prática, dado o prazo de cobrança, são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para redução ao valor recuperável, se necessária

3.6. Estimativa para créditos de liquidação duvidosa

Constituída com base na estimativa das possíveis perdas que possam incorrer na cobrança destes créditos.

A estimativa para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia e suas Controladas não serão capazes de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber.

3.7. Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas para redução ao valor recuperável, quando necessário.

O custo dos ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, quando aplicado, e custos e juros de financiamentos obtidos de terceiros capitalizados durante a fase de construção deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não utilizados, quando aplicável.

A depreciação dos ativos, é calculada usando método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, de acordo com as taxas de depreciação definidas pela ANEEL (regulador). A Administração entende que essas taxas representam a vida útil econômica estimada dos ativos das controladas.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

3.8. Intangível

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida (servidões) não são amortizados, sendo submetidos a teste anual para análise de redução de seu valor líquido recuperável.

Os softwares referem-se ao custo das licenças do sistema de gestão empresarial e que vem sendo amortizado linearmente em 5 anos.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros a ele vinculados. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, representados pela diferença entre as receitas líquidas da alienação e seu valor líquido contábil, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

3.9. Provisões para perdas por recuperação em ativos não financeiros

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

3.10. Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo.

3.11. Debêntures, empréstimos e financiamentos

As debêntures e os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os mesmos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os custos pagos na assinatura dos contratos das debêntures e empréstimos e financiamentos são reconhecidos como custos da transação, uma vez que seja provável que uma parte ou o total seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período ao qual se relaciona.

As debêntures e os empréstimos e financiamentos são classificadas como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

3.12. Reconhecimento de receita

a) Receita de comercialização de energia

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia e de suas controladas. A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos incidentes, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos concedidos.

A Companhia e suas Controladas reconhecem a receita quando:

- i) O valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- ii) É provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e
- iii) Quando critérios específicos são atendidos para cada uma das atividades da Companhia e de suas controladas, conforme descrição a seguir.

O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. A Companhia e suas Controladas baseiam suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações dos contratos.

3.13. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do período, exceto quando estão relacionados a itens registrados diretamente em outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido, caso em que também são reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes ou no patrimônio líquido, ou quando eles são originados na contabilização inicial de uma combinação de negócios.

Imposto de renda e contribuição social correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do período. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no fim de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada período, e quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

A mensuração dos impostos diferidos ativos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no fim de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos.

Regime de tributação do imposto de renda e contribuição social nas Controladas

Conforme facultado pela legislação tributária, as Controladas optaram pelo regime de tributação com base no lucro presumido para o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente. Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

3.14. Informações por segmento

A Companhia atua somente no segmento de geração de energia elétrica fonte renovável eólica.

3.15. Adoção de pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados

As alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para exercícios contábeis anuais futuros. Não houve adoção antecipada das normas, e a Companhia está avaliando as alterações, embora não espere impactos relevantes.

Pronunciamento	Data da adoção a partir de:
IFRS 9/CPC48 - Instrumentos Financeiros (a)	01/01/2018
IFRS 15/ CPC47 - Receita de Contratos com Clientes (a)	01/01/2018
IFRS 16 - Operação de Arrendamento Mercantil (b)	01/01/2019

(a) A adoção antecipada não é permitida pelo CPC

(b) Não há um pronunciamento equivalente a IFRS 16 emitido pelo CPC

As demais alterações mandatórias para demonstrações financeiras, com início em 1º de janeiro de 2017, não foram listadas acima devido à sua não-aplicação ou à sua imaterialidade para a Companhia.

4. CAIXA E QUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2017	31.12.2016	30.09.2017	31.12.2016
Caixa	-	-	5	4
Depósitos bancários	240	2	1.232	2.345
Aplicações Financeiras (*)	-	-	739	9
	240	2	1.976	2.358

(*) Refere-se a aplicações financeiras com rendimentos de 75% do Certificado de Depósito Interbancário, com liquidez imediata e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

5. CONTAS A RECEBER

	Consolidado	
	<u>30.09.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Suprimento de energia elétrica	<u>8.752</u>	<u>6.650</u>

A abertura dos saldos de contas a receber pelos seus vencimentos está assim demonstrada:

	Consolidado	
	<u>30.09.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
A vencer	<u>8.752</u>	<u>6.650</u>

As controladas da Companhia mantêm contratos de venda de energia com as concessionárias de distribuição no mercado regulado. Este fato minimiza potenciais riscos de inadimplência.

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

	Consolidado	
	<u>30.09.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Fundo Itaú Soberano RF Simples LP FICFI	<u>13.513</u>	<u>13.694</u>

Referem-se a aplicações no Fundo Itaú Soberano RF Simples LP FICFI cuja carteira é composta de aproximadamente 95% de suas operações atreladas ao CDI. Para o período findo em 30 de setembro de 2017, os rendimentos médios foram de 98,84% do CDI (98,44% do CDI para o exercício findo em 31 de dezembro 2016).

Saldo correspondente ao valor necessário para perfazer, no mínimo, o montante equivalente a 3 (três) vezes o valor da última prestação do serviço da dívida do empréstimo com o BNDES mencionado na Nota Explicativa nº 12.

7. INVESTIMENTOS

A composição do saldo de investimentos em 30 de setembro de 2017:

	Controladora	
	<u>30.09.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Avaliação patrimonial	173.490	178.667
Adiantamentos para futuro aumento de capital	-	74.065
Ações preferenciais resgatáveis em controladas	<u>62.679</u>	<u>-</u>
	<u>236.259</u>	<u>252.732</u>

a) Movimentação do saldo dos investimentos:

Controlada	Saldo em 31.12.2016	Emissão de ações preferenciais resgatáveis	Resgate de ações preferenciais	Equivalência patrimonial	Saldo em 30.09.2017
Eólica Serra das Vacas I S/A	42.337	21.543	(246)	(1.987)	61.647
Eólica Serra das Vacas II S/A	45.528	12.169	(68)	(932)	56.697
Eólica Serra das Vacas III S/A	45.243	12.312	(80)	(1.112)	56.363
Eólica Serra das Vacas IV S/A	45.559	17.246	(108)	(1.145)	61.552
	<u>178.667</u>	<u>63.270</u>	<u>(502)</u>	<u>(5.176)</u>	<u>236.259</u>

b) As informações financeiras das controladas estão apresentadas a seguir:

Empreendimentos	30.09.2017			Prejuízo do Período
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	
Eólica Serra das Vacas I S/A	137.264	(93.959)	(43.305)	(1.987)
Eólica Serra das Vacas II S/A	125.158	(77.694)	(47.464)	(932)
Eólica Serra das Vacas III S/A	125.114	(78.114)	(47.000)	(1.112)
Eólica Serra das Vacas IV S/A	130.200	(82.920)	(47.280)	(1.145)
	<u>517.736</u>	<u>(332.687)</u>	<u>(185.049)</u>	<u>(5.176)</u>

Empreendimentos	30.09.2016			Prejuízo do período
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	
Eólica Serra das Vacas I S/A	139.705	(95.872)	(43.834)	(4.49)
Eólica Serra das Vacas II S/A	129.186	(82.288)	(46.898)	(951)
Eólica Serra das Vacas III S/A	127.200	(80.607)	(46.593)	(1.082)
Eólica Serra das Vacas IV S/A	133.575	(86.551)	(47.023)	(688)
	<u>529.666</u>	<u>(345.318)</u>	<u>(184.348)</u>	<u>(7.211)</u>

c) Adiantamentos para futuro aumento de capital - AFAC

As necessidades de caixa das controladas mantidas pela controladora são suportadas por meio de aportes realizados pelos acionistas com recursos próprios e na proporção de suas participações e registrados como Adiantamento para Futuro Aumento de Capital -AFAC.

Tais aportes são realizados em sua maioria por meio de depósito na conta corrente bancária da respectiva controlada, com o objetivo de custear as obras previstas a serem concretizadas, até que o fluxo de caixa de cada uma das referidas controladas seja positivo.

A Companhia avalia anualmente a necessidade de registro de aumento de capital das SPEs com base nos saldos de adiantamento para futuro aumento de capital- AFAC, compostos a seguir:

	Controladora	
	30.09.2017	31.12.2016
Eólica Serra das Vacas I S.A.	-	23.757
Eólica Serra das Vacas II S.A.	-	15.072
Eólica Serra das Vacas III S.A.	-	15.267
Eólica Serra das Vacas IV S.A.	-	19.969
	<u>-</u>	<u>74.065</u>

Neste trimestre, do montante de R\$74.065, R\$51.210 foi transformado em ações preferenciais resgatáveis, R\$11.559 foi utilizado como aumento de capital em controladas e R\$11.296 foi devolvido à Companhia pelas controladas.

d) Ações preferenciais resgatáveis em controladas

Em 29 de agosto de 2017, o Conselho de Administração das empresas controladas Eólica Serra das Vacas I S.A, Eólica Serra das Vacas II S.A, Eólica Serra das Vacas III S.A, e Eólica Serra das Vacas IV S.A aprovaram por meio de Assembleia Geral Extraordinária (AGE), a emissão de ações preferenciais resgatáveis, todas nominativas, sem valor nominal, sem direito a voto, com prioridade no recebimento de dividendos fixos, totalizando o valor de R\$63.270.

A data de resgate é até 29 de agosto de 2029 e a quantidade de ações preferenciais resgatáveis emitidas totaliza 40.058.526. O valor de emissão por ação e o valor do resgate por ação, está demonstrado a seguir:

	<u>Valor de emissão por ação</u>	<u>Valor do resgate por ação</u>
Eólica Serra das Vacas I S/A	1,5046	1,2980
Eólica Serra das Vacas II S/A	1,6147	1,2343
Eólica Serra das Vacas III S/A	1,6956	1,3008
Eólica Serra das Vacas IV S/A	1,5758	1,3138

Para efeitos societários, o valor total da emissão foi alocado parte como capital social integralizado, no montante de R\$11.559 e parte como reserva de capital no montante de R\$51.711. Para efeitos de registro contábil de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, essa transação foi considerada como um instrumento financeiro (passivo). Portanto, o valor total de emissão deduzido dos resgates realizados até 30 de setembro de 2017, no montante de R\$62.769, foi registrado como passivo não circulante nas empresas controladas, em contrapartida a uma conta no ativo não circulante, de investimentos, na controladora.

	<u>Ações preferenciais resgatadas</u>		<u>Legislação societária</u>	
	<u>Quantidade</u>	<u>Valor de emissão</u>	<u>Capitalizadas</u>	<u>Reserva de Capital</u>
Eólica Serra das Vacas I S/A	14.317.602	21.543	(2.954)	18.585
Eólica Serra das Vacas II S/A	7.536.319	12.169	(2.868)	9.302
Eólica Serra das Vacas III S/A	7.260.540	12.312	(2.869)	9.445
Eólica Serra das Vacas IV S/A	10.944.065	17.246	(2.867)	14.379
	<u>40.058.526</u>	<u>63.270</u>	<u>(11.559)</u>	<u>51.711</u>

	<u>Movimentação do período</u>		
	<u>31.08.2017 (AGE)</u>	<u>Resgates</u>	<u>30.09.2017</u>
Eólica Serra das Vacas I S/A	21.543	246	21.297
Eólica Serra das Vacas II S/A	12.169	68	12.101
Eólica Serra das Vacas III S/A	12.312	80	12.232
Eólica Serra das Vacas IV S/A	17.246	107	17.139
	<u>63.270</u>	<u>501</u>	<u>62.769</u>

8. IMOBILIZADO

a) Imobilizado em curso

	Consolidado 30/09/2017							
	Terreno	Edificações, e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	A ratear	Desenvolvimento de projeto	Adiantamento a fornecedores	Material depósito	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.865	72.066	372.525	69.079	2.350	4.400	-	522.285
Aquisições	-	9.464	357	886	-	-	1.071	11.778
Baixas	-	-	-	-	-	(3.849)	-	(3.849)
Transferências	(1.865)	(81.530)	(372.882)	(69.965)	(2.350)	(551)	-	(529.143)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	-	-	-	-	-	1.071	1.071
Aquisições	3	-	-	-	-	-	-	3
Saldo em 30 de setembro de 2017	3	-	-	-	-	-	1.071	1.074

b) Imobilizado em serviço

	Consolidado 30/09/2017					
	Terreno	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículo	Móveis e utensílios	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	-	45	178	58	281
Aquisições	1	-	298	-	1	300
Transferências	1.886	83.923	443.305	-	29	529.143
Depreciações	-	(2.804)	(19.869)	(37)	(7)	(22.717)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.887	81.119	423.779	141	81	507.007
Baixas	-	-	-	(67)	-	(67)
Depreciações	-	(2.118)	(14.904)	(8)	(4)	(17.034)
Saldo em 30 de setembro de 2017	1.887	79.001	408.875	66	77	489.906
Segregado em:						
Custo	1.887	83.923	443.653	138	94	529.695
Depreciação acumulada	-	(4.922)	(34.778)	(72)	(17)	(39.789)
	1.887	79.001	408.875	66	77	489.906
Vida útil média - em anos	-	31,04	15,29	7,0	16,0	
Taxa média de depreciação - em %	-	3,22	6,54	14,29	6,25	
Total geral - líquido						<u>490.980</u>

9. INTANGÍVEL

	Consolidado		
	Servidões	Software	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	1.586	43	1.629
Aquisições	-	4	4
Baixas	(12)	-	(12)
Amortização	-	(8)	(8)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.574	39	1.613
Amortização	-	(8)	(8)
Saldos em 30 de setembro de 2017	<u>1.574</u>	<u>31</u>	<u>1.605</u>
Segregado em:			
Custo	1.574	61	1.635
Amortização acumulada	-	(30)	(30)
	<u>1.574</u>	<u>31</u>	<u>1.605</u>
Vida útil média - em anos	35	5	-
Taxa média de depreciação - em %	2,85	20	-

10. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2017	31.12.2016	30.09.2017	31.12.2016
Fornecedores de materiais e serviços	<u>17</u>	<u>842</u>	<u>9.309</u>	<u>5.346</u>

As contas a pagar de fornecedores incluem obrigações a pagar de bens ou serviços que foram adquiridos no decorrer da construção e custos de manutenção após a entrada dos parques em operação.

11. DEBÊNTURES

O Conselho de Administração da Eólica Serra das Vacas Holding S.A aprovou, em 9 de setembro de 2016, a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em duas series. Para a 1º serie foram emitidas 23.000 (vinte e três mil) e na 2º serie 45.000 (quarenta e cinco mil), totalizando 68.000 (sessenta e oito mil) debêntures, com valor Nominal Unitário de R\$1.000 (um mil reais), totalizando, na data de emissão, o Valor Total da Emissão de R\$68.000 (sessenta e oito milhões de reais).

A 1º série está sendo amortizada em 24 (vinte e quatro) parcelas semestrais e consecutivas, sendo a primeira amortização em 15 de dezembro de 2016 e juros de 8,37% ao ano + IPCA. Os montantes foram liberados à Companhia ao longo de dezembro de 2016.

A 2º serie será amortizada em 25 (vinte e cinco) parcelas semestrais e consecutivas com a 1º parcela devida em 15 de julho de 2018 e juros de 8,5818% ao ano + IPCA. Os montantes foram liberados à Companhia ao longo de dezembro de 2016.

Os recursos líquidos captados em 14 de dezembro de 2016 foram destinados a investimentos nas investidas: Eólica Serra das Vacas I S.A, Eólica Serra das Vacas II S.A, Eólica Serra das Vacas III S.A, Eólica Serra das Vacas IV S.A.:

	Controladora e Consolidado	
	30.09.2017	31.12.2016
Principal e juros incorridos	70.329	66.041
(-) Custo de transação a amortizar	(6.521)	(6.549)
	<u>63.808</u>	<u>59.492</u>
Segregado entre:		
Circulante	2.514	774
Não circulante	<u>61.294</u>	<u>58.718</u>
	<u>63.808</u>	<u>59.492</u>

A movimentação do período é conforme segue:

	R\$
Saldo em 31 de dezembro de 2016	59.492
Juros incorridos	5.437
Amortização de juros	(857)
Amortização de principal	(293)
Apropriação custos a amortizar	29
Saldo em 30 de setembro de 2017	<u>63.808</u>

As parcelas vincendas a longo prazo apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

Ano	R\$
2018	433
2019	1.025
2020	2.557
2021	2.496
2022	2.811
2023 - 2027	19.759
2028 - 2030	<u>32.213</u>
	<u>61.294</u>

A escritura de emissão de debêntures prevê cláusulas de vencimento antecipado. Destacamos abaixo a cláusula que diz respeito a índices financeiros:

- a) Não atingimento pela Companhia de Índice de Cobertura do Serviço da dívida - ICSD de 1,20, sendo que (i) o ICSD será considerado como cumprido apenas caso esteja no intervalo entre 1,10 e 1,20 e sejam depositados recursos de complementação do ICSD, de forma que o ICSD somado aos recursos complementares seja 1,20, conforme metodologia prevista na escritura e (ii) o ICSD estará descumprido caso seja inferior a 1,10. O ICSD será apurado anualmente com base nas demonstrações financeiras anuais e condições detalhadas na escritura das debêntures a partir do exercício a findar em 31 de dezembro de 2017.

As debêntures contam com as garantias reais resumidas abaixo:

- a) Penhor em primeiro grau de todas as ações da Companhia e quaisquer benefícios associados à essas ações;
- b) Penhor em primeiro grau de todas as ações das investidas da Companhia e quaisquer benefícios associados à essas ações;
- c) Penhor em primeiro grau dos equipamentos de propriedade das investidas;
- d) Cessão fiduciária pela Companhia dos recursos depositados na conta de pagamento das debêntures, na conta reserva especial Holding e na conta de complementação do ICSD, bem como direitos creditórios decorrentes dos contratos de mútuo celebrados e a serem celebrados entre as controladas e a Companhia;
- e) Cessão fiduciária pelas controladas dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de comercialização de energia no ambiente regulado e de quaisquer outros contratos ou receitas das controladas.

As debêntures apresentam garantias fidejussórias resumidas abaixo:

- a) Fianças das controladas que se obrigam, solidariamente entre si e com a Controladora, na qualidade de fiadoras e codevedoras solidárias, pelo fiel, integral e pontual pagamento das obrigações garantidas;
- b) Fianças bancárias até que seja observado o "Completion" físico e financeiro do projeto, conforme condições previstas na escritura.

As debêntures das controladas emitidas em 2015, foram liquidadas durante o exercício de 2016.

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As controladas da Companhia adquiriram um financiamento, com o Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES, composto, dentre outras fontes, pelos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), destinado à implantação do Complexo Eólico Serra das Vacas. Os créditos destinados às controladas com data final de amortização em 15 de julho de 2032:

	Consolidado	
	<u>30.09.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
BNDES	272.185	276.776
(-) Custo de transação a amortizar	<u>(1.731)</u>	<u>(1.827)</u>
	<u>270.454</u>	<u>274.949</u>
Segregado entre:		
Circulante	19.090	18.553
Não circulante	<u>251.364</u>	<u>256.396</u>
	<u>270.454</u>	<u>274.949</u>

As parcelas vincendas a longo prazo apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

<u>Ano</u>	<u>R\$ mil</u>
2018	2.486
2019	10.464
2020	11.348
2021	12.307
2022	13.347
2023 - 2027	85.683
2028 - 2032	<u>115.729</u>
	<u>251.364</u>

O saldo do empréstimo está sendo pago em 192 prestações mensais com vencimento dia 15 de cada mês pelo período de 15 de agosto de 2016 a 15 de julho de 2032. O principal é atualizado por TJLP + 2,45% ao ano e os juros incidentes sobre o período de carência do contrato deverão ser acrescidos ao seu principal.

Foram dadas como garantias do referido contrato, ações da Eólica Serra das Vacas Holding S.A.; Ações das empresas Eólica Serra das Vacas I S.A., Eólica Serra das Vacas II S.A., Eólica Serra das Vacas III S.A. e Eólica Serra das Vacas IV S.A.; cessão de direitos creditórios provenientes de contratos de receita e recebíveis futuros das beneficiárias além de máquinas e equipamentos que compõem os parques de geração do Complexo Eólico Serra das Vacas.

As controladas tem como obrigações relevantes cumprimento de prazos para iniciar e executar a operação comercial; apresentação ao BDNES das respectivas licenças de operações; manter-se em situação regular com os órgãos de meio ambiente, CCEE, à ANEEL, ao MME, ao Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS") e/ou quaisquer outros órgãos e entidades integrantes da Administração Pública Direta ou Indireta; bem como adotar medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho. Dentre as obrigações das beneficiárias, está a apresentação de demonstrações financeiras auditadas, até 30 de maio de cada ano, referentes ao exercício anterior, durante a vigência do contrato.

Por fim, note-se que o empréstimo em questão prevê cláusula de vencimento antecipado referente ao não atingimento pela Companhia de Índice de Cobertura do Serviço da dívida - ICSD de 1,20, descrito na nota explicativa nº11, acima.

A movimentação do período é conforme segue:

	<u>R\$ mil</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	274.949
Amortização de principal	(6.843)
Amortização de juros	(16.682)
Juros incorridos	18.935
Apropriação de custos de transação	95
Saldo em 30 de setembro de 2017	<u>270.454</u>

A Companhia atua como interveniente nos contratos de empréstimos supracitados e deu, em garantia, as ações das controladas emitidas em sua titularidade.

Adicionalmente, não há contratos de empréstimos em nome da controladora.

13. PROVISÃO PARA RISCOS

A Companhia e suas controladas, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, com base nos pareceres emitidos pelos assessores legais, não houve necessidade de registro e/ou divulgação de contingências.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

14.1. Capital social

Em 30 de setembro de 2017, o capital social integralizado é no montante de R\$205.785 (R\$192.355 em 31 de dezembro de 2016), dividido em 194.566.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, conforme segue:

	Controladora			
	Capital Subscrito	Capital Integralizado	Quantidade de ações	%
Acionistas:				
PEC Energia S.A.	104.950	104.950	104.950.350	51%
Companhia Hidroelétrica do São Francisco - CHESF	<u>100.835</u>	<u>100.835</u>	<u>100.834.650</u>	49%
	<u>205.785</u>	<u>205.785</u>	<u>205.785.000</u>	

Em 01 de agosto de 2017, o conselho de Administração aprovou por meio de Assembleia Geral Extraordinária (AGE), o aumento de capital social no montante de R\$13.430, representado por emissão de ações ordinárias nominativas sem valor nominal. A integralização foi realizada mediante a capitalização de parte do saldo de contratos de mútuo.

Todos os aumentos de capital com emissões de ações ocorridas durante o 2016 e 2017 foram deliberados e aprovados em Assembleia Geral do Extraordinária.

14.2. Reserva legal

Constituída com 5% do lucro do exercício antes de outras destinações e limitada a 20% do capital social.

14.3. Dividendos

A distribuição de dividendos se dá com base em 25% do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976.

15. RECEITA LÍQUIDA

	Consolidado			
	Nove Meses		Três Meses	
	30.09.2017	30.09.2016	30.09.2017	30.09.2016
Suprimento de energia elétrica	58.115	55.508	26.346	14.603
(-) Deduções:				
PIS	(324)	(361)	(116)	(94)
COFINS	(1.529)	(1.673)	(568)	(439)
Taxa de fiscalização da Aneel	(175)	(162)	(58)	(61)
	<u>(2.028)</u>	<u>(2.196)</u>	<u>(742)</u>	<u>(594)</u>
	<u>56.087</u>	<u>53.312</u>	<u>25.604</u>	<u>14.009</u>

16. CUSTO DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

	Consolidado			
	Nove Meses		Três Meses	
	30.09.2017	30.09.2016	30.09.2017	30.09.2016
Energia comprada para revenda	7.180	-	5.945	-
Depreciação e amortização	17.042	16.998	5.680	6.549
Despesa com pessoal	673	1.566	189	309
Serviços de terceiros	4.062	3.730	2.190	1.080
Encargos de transmissão, conexão e distribuição	2.034	1.758	702	634
Arrendamentos e alugueis	554	687	158	223
Outros	298	924	91	70
	<u>31.843</u>	<u>25.663</u>	<u>14.955</u>	<u>8.865</u>

17. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora			
	Nove Meses		Três Meses	
	30.09.2017	30.09.2016	30.09.2017	30.09.2016
Seguros	329	301	103	95
Serviços de terceiros	453	336	63	148
Outros	7	10	-	2
	<u>789</u>	<u>647</u>	<u>166</u>	<u>245</u>

	Consolidado			
	Nove Meses		Três Meses	
	30.09.2017	30.09.2016	30.09.2017	30.09.2016
Despesa com pessoal	348	771	96	196
Seguros	333	307	107	97
Serviços de terceiros	1.565	3.738	265	306
Outros	8	243	1	26
	<u>2.254</u>	<u>5.059</u>	<u>1.214</u>	<u>625</u>

18. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

	Controladora			
	Nove Meses		Três Meses	
	30.09.2017	30.09.2016	30.09.2017	30.09.2016
Receitas financeiras:				
Aplicações financeiras	3	165	1	16
	<u>3</u>	<u>165</u>	<u>1</u>	<u>16</u>
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos, financiamento e debêntures	(5.437)	-	(1.653)	
Comissão fiança	(1.725)	-	(859)	
Juros sobre mútuos	(283)	(2.805)	(46)	(555)
Outras	(851)		(169)	
	<u>(8.296)</u>	<u>(2.805)</u>	<u>(2.727)</u>	<u>(555)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(8.293)</u>	<u>(2.640)</u>	<u>(2.726)</u>	<u>(539)</u>

	Consolidado			
	Nove Meses		Três Meses	
	30.09.2017	30.09.2016	30.09.2017	30.09.2016
Receitas financeiras:				
Aplicações financeiras	1.159	229	370	42
Outras	72	1	8	-
	<u>1.231</u>	<u>230</u>	<u>378</u>	<u>42</u>
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos, financiamento e debêntures	(24.372)	(22.590)	(7.879)	(7.369)
Comissão fiança	(8.215)	(6.211)	(4.502)	(1.933)
Juros sobre mútuos	(283)	(2.804)	(47)	(554)
IOF	(636)	-	(140)	-
Multas	(803)	-	(553)	-
Despesas Bancárias	(908)	-	(545)	-
Outras	(124)	(55)	(29)	-
	<u>35.341</u>	<u>(31.660)</u>	<u>(13.695)</u>	<u>(9.856)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>34.110</u>	<u>31.430</u>	<u>13.317</u>	<u>9.814</u>

19. PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos, assim como as transações que influenciaram o resultado, relativas às operações com partes relacionadas são decorrentes de transações com empresas controladas e profissionais-chave da Administração.

19.1. Contratos de Mútuo

Apresentamos a seguir os respectivos saldos de mútuos ativos e passivos:

	Controladora e consolidado	
	30.09.2017	31.12.2016
PASSIVO		
CHESF	-	9.274
PEC Energia	-	9.755
	<u>-</u>	<u>19.029</u>

Referem-se a mútuos entre a Companhia e suas controladoras, atualizados pelo IPCA, com possibilidade de conversão em aumento de capital até 31 de dezembro de 2017.

Em 01 de agosto de 2017, o Conselho de Administração aprovou em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), o aumento de capital social no montante de R\$13.430, representado por emissão de ações ordinárias nominativas sem valor nominal. A integralização foi realizada mediante a capitalização de parte do saldo dos contratos de mútuo.

Movimentação do período:

	R\$		
	PEC ENERGIA	CHESF	Total
Saldo em 31/12/2016	9.755	9.274	19.029
Atualização monetária	145	138	283
Pagamentos	(3.050)	(2.832)	(5.882)
Capitalização	(6.850)	(6.580)	(13.430)
Saldo em 30/09/2017	-	-	-

Movimentação do período:

	R\$ - mil		
	PEC ENERGIA	CHESF	Total
Saldo em 31/12/2016	9.755	9.274	19.029
Atualização	145	137	282
Amortização	(3.050)	(2.831)	(5.881)
Capitalização	(6.850)	(6.580)	(13.430)
Saldo em 30/09/2017	-	-	-

19.2. Remuneração da diretoria

O pessoal-chave da Administração inclui diretores. A remuneração paga aos administradores no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, foi no montante de R\$282 (R\$407 em 30 de setembro de 2016).

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social correntes, debitados ao resultado do período nas demonstrações financeiras consolidadas, está apresentada a seguir:

	Consolidado			
	Nove Meses			
	30.09.2017		30.09.2016	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receitas - suprimento de energia elétrica	58.115	58.115	55.508	55.508
Alíquota de presunção	8%	12%	8%	12%
Lucro presumido	4.649	6.974	4.441	6.661
Outras receitas a adicionar à base de cálculo	1.243	1.243	117	117
Base de cálculo	5.892	8.217	4.558	6.778
Alíquota	15%	9%	15%	9%
Subtotal	884	740	684	610
Adicional de IRPJ	514	-	381	-
Despesas com IRPJ e CSLL	1.398	740	1.065	610

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia e suas controladas mantém operações com instrumentos financeiros não derivativos nas quais os resultados obtidos são consistentes com as expectativas da Administração. A Companhia não possui políticas ou estratégias específicas para gerenciamento dos instrumentos financeiros, visto que a Administração entende que não existe risco significativo de perdas relacionadas a esses instrumentos. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

a) Classificação dos instrumentos financeiros

	Controladora			
	Hierarquia de valor justo	Classificação	30.09.2017	31.12.2016
ATIVOS				
Caixa e equivalente de caixa	Nível 2	Empréstimos e recebíveis	240	2
Ações preferenciais resgatáveis em controladas	Nível 2	Empréstimos e recebíveis	62.769	-
PASSIVOS				
Fornecedores	Nível 2	Outros passivos financeiros	17	842
Debêntures	Nível 2	Outros passivos financeiros	63.808	59.492
Partes relacionadas	Nível 2	Outros passivos financeiros	-	19.029
	Consolidado			
	Hierarquia de valor justo	Classificação	30.09.2017	31.12.2016
ATIVOS				
Caixa e equivalente de caixa	Nível 2	Empréstimos e recebíveis	1.976	2.358
Contas a receber	Nível 2	Empréstimos e recebíveis	8.752	6.650
Títulos e valores mobiliários	Nível 2	Empréstimos e recebíveis	13.513	13.694
PASSIVOS				
Fornecedores	Nível 2	Outros passivos financeiros	9.309	5.346
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	Outros passivos financeiros	270.454	274.949
Debêntures	Nível 2	Outros passivos financeiros	63.808	59.492
Partes relacionadas	Nível 2	Outros passivos financeiros	-	19.029

b) Valor justo

Não existem divergências significativas entre os valores de mercado e os valores registrados na contabilidade para os ativos e passivos financeiros.

c) Risco de crédito

Refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras.

As políticas de crédito fixadas pela Administração visam a minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes.

A Administração, visando a minimizar os riscos de créditos atrelados às instituições financeiras, procura centralizar suas operações em instituição de primeira linha.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações nos prazos estabelecidos.

A política geral da Companhia é manter níveis de liquidez adequados para garantir que possa cumprir com as obrigações presentes e futuras e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surgirem.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar nossa liquidez.

Em 30 de setembro de 2017, os passivos circulantes da Companhia excederam o total dos seus ativos circulantes no montante de R\$2.134 na controladora e R\$20.039 no consolidado (R\$1.326 na Controladora e R\$15.595 no consolidado em 31 de dezembro de 2016). A Administração entende que não existe risco de inadimplência, visto que parte substancial dos passivos circulantes refere-se às obrigações contraídas com o BNDES para o financiamento da construção das unidades geradoras enquanto que as contas a receber refletem apenas parte da receita advinda da venda de energia. A expectativa da Administração é que a geração de caixa decorrente da energia assegurada pelos contratos de venda de energia seja em montante suficiente para liquidar as obrigações da Companhia e de suas controladas.

e) Risco de mercado

As políticas de gestão de riscos da Companhia incluem, entre outras, o desenvolvimento de estudos e análises econômico-financeiras que avaliam o impacto de diferentes cenários nas posições de mercado e relatórios que monitoram os riscos a que estão sujeitos.

f) Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros., A Companhia busca diversificar a captação e a aplicação de recursos em termos de taxas pós-fixadas visando à mitigação desse tipo de risco

g) Análise de sensibilidade

A Companhia e suas controladas, em atendimento ao disposto no item 40 do CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, divulgam quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, compostos por debêntures, empréstimos e financiamentos e caixa e equivalentes de caixa, ao qual a Companhia e suas controladas estão expostas na data de encerramento do período.

O cálculo da sensibilidade para o cenário provável foi realizado considerando as taxas/índices vigentes na data das demonstrações financeiras, e ainda outros cenários de deterioração (instrumentos financeiros ativos) ou apreciação (instrumentos financeiros passivos) em 25% e 50% sobre o cenário provável.

Os valores-base para o cenário provável são:

- IPCA - acumulado últimos 12 meses: 2,54%;
- TJLP: 7,00%;

CDI - acumulado últimos 12 meses: 11,31%. Demonstramos, a seguir, os impactos no resultado financeiro da Controladora e do Consolidado, para os cinco cenários estimados para os próximos 12 meses:

<u>Controladora</u>		Índice ao ano	<u>Cenários</u>		
30.09.2017	Provável		(25%)	(50%)	
Debêntures	(63.808)	IPCA+8,5%	(7.044)	(8.805)	(10.567)
<u>Consolidado</u>		Índice ao ano	<u>Cenário</u>		
30.09.2017	Provável		(25%)	(50%)	
Debêntures	(63.808)	IPCA+8,5%	(7.044)	(8.805)	(10.567)
Empréstimos e financiamentos	(270.454)	TJLP+2,45%	(25.693)	(32.116)	(38.540)
Aplicações financeiras vinculadas	13.513	CDI	1.528	1.145	765
	<u>(320.749)</u>		<u>(31.209)</u>	<u>(39.776)</u>	<u>(48.342)</u>

22. SEGUROS (*)

Objeto	Controladora e Consolidado			
	Importância segurada	Vigência		Segurado
		Início	Fim	
Responsabilidade civil geral	10.000	19/11/2016	19/11/2017	Controladora e controladas
Riscos operacionais - Parque eólico das investidas	120.000	19/11/2016	19/11/2017	Controladas

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes

23. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Em 30 de setembro de 2017, a Companhia e suas controladas realizaram as seguintes operações não envolvendo caixa, portanto, estas não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	30.09.2017	
	Controladora	Consolidado
Integralização de capital na Companhia	13.430	13.430
Ações preferenciais resgatáveis	62.769	-

24. APROVAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

As informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, foram aprovadas para emissão pela Administração da Companhia em 30 de outubro de 2017.